

**Palavras chaves: Juventude; UNESCO; Brasil**

**Publicado in Novaes, Regina Reys; Porto, Marta e Henriques, Ricardo (org.)  
“Juventude, Cultura e Cidadania”, Comunicações do ISER, ano 21, edição especial,  
2002-p 63-90**

## **O QUE DIZEM AS PESQUISAS DA UNESCO SOBRE JUVENTUDES NO BRASIL: LEITURAS SINGULARES**

---

Mary Garcia Castro<sup>1</sup>

### **1. PANORAMA GERAL E LEITURA PRÓPRIA SOBRE AS PESQUISAS DA UNESCO NO BRASIL SOBRE JUVENTUDES**

Refiro-me, primeiro às pesquisas da UNESCO (ver Referencias), sua modelagem, algo sobre políticas de/para/com a juventude, e passo, então a discutir algumas informações sobre o perfil da juventude, considerando tais pesquisas. Advirto que apresento uma leitura própria sobre possibilidades dessas pesquisas, não se confundindo portanto os meus comentários com postura da organização.

Antes de tentar cumprir tal agenda, agradeço o convite do ISER, do IFCS e da UNESCO-Escritório do Rio de Janeiro e parabênizo os organizadores por essa promoção, Seminário sobre Juventude, Cultura e Cidadania, estimulando a participação de jovens, particularmente aqueles em organizações com trabalhos em comunidades e jovens pesquisadores. Agradeço em particular a Regina Novais, do ISER e Marta Porto, coordenadora do Escritório da UNESCO no Rio de Janeiro, pelo convite.

O tema juventude passou a ser tema da moda, a nova identidade descoberta.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora UNESCO-Brasil; professora aposentada UFBA; pesquisadora associada do Centro de Estudos de Migrações Internacionais/UNICAMP-Programa PRONEX/CNPq; membro da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento; Vice-Presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP e Co-coordenadora do Comitê Juventudes, Estudos de População e Políticas Públicas. As idéias expressas neste artigo são de responsabilidade da autora e não necessariamente expressam posições da UNESCO.

Venho do movimento de mulheres, do movimento feminista e também de trabalhar na Bahia por muito tempo com o movimento negro, acompanhando a ênfase hoje na questão das identidades. Mas quem reivindica a identidade jovem? No caso do feminismo e do movimento negro, são as mulheres, ainda que de alguns setores da sociedade, e no caso, do movimento negro, os negros, ainda que também de alguns segmentos sociais. Mas no caso do jovem, o sujeito é comumente representado. O que confere especial responsabilidade aos “representantes”, em particular porque a delegação não necessariamente é manifesta. Por outro lado, todo tema na moda, corre o risco da simplificação, muitas vezes em nome de boas intenções.

Apresentar percepções dos jovens, dar visibilidade a situações, diversidades vivenciadas e discutir propostas, proposições para políticas públicas, tem sido um dos eixos dos trabalhos da UNESCO sobre juventude, violência, cultura e cidadania.

A UNESCO é um órgão de cooperação internacional do sistema ONU. Diferente de alguns outros organismos da comunidade ONU, não é a UNESCO um órgão de financiamento, mas trabalha com recursos que vem de diversas áreas, e no plano da cooperação técnica. Diferente de outras instituições que trabalham com pesquisa no plano de cooperação internacional, a UNESCO optou por não vir a ser só uma agência que “terceirizasse” pesquisas em temas emergentes, repassando financiamento para outras instituições. Não, conta-se com uma equipe de pesquisadores e quando se faz parceria com outros, em diferentes centros no Brasil, o Setor de Pesquisas da UNESCO coordena e supervisiona a qualidade.

O Setor de Pesquisas da UNESCO se inicia em 1997, quando do assassinato do índio Galdino e se realiza uma pesquisa sobre violência e os jovens de classe média em Brasília. Insiste-se em conjugar o debate da ética e da economia política; entrelaçar cultura e economia política, discutir tipos de violência e condições de vida e percepções de diferentes jovens.

Os textos veiculados pela mídia, sobre juventude e violência, têm um endereço: juventude, associando-se violência à pobreza. Então, por conseguinte, os pobres são destacados como os violentos. Por exemplo, em recente número da revista “Isto É” se faz referência a um “Estado Paralelo do Tráfico”, o que é em si uma expressão ideológica que não considera que o tráfico é parte de um estado de coisas na sociedade. [Por outro lado, nessa reportagem

se declara: “os jovens são mais violentos e estão fora de controle”, como legenda de uma foto de um jovem negro, pobre, encapuçado com uma arma na mão. Quer dizer, a idéia seria de que há uma marca destes tempos é o medo--o que é bem explorado em textos da Regina Novaes-- mas que o jovem é quem produz tal marca, o jovem pobre, e não ao azar, como se retrata no imaginário social, um jovem pobre e negro.

Na pesquisa promovida pela UNESCO em 1997, discute-se violências de jovens da classe média. Jovens que quando perguntados--os assassinos do índio Galdino--, como é que se deu isso, recorreram a uma expressão que foi bem difundida pela imprensa: “foi uma brincadeira, não sabíamos que era um índio. Pensávamos que era um mendigo.” Uma sociedade que se estrutura, classificando alguns de “matáveis”, outros de “assustáveis”, e outros de protegidos. Se fosse índio caberia apenas assustar, mas se fosse um mendigo, por que não queimar?

Naquela pesquisa citada se joga com debates sobre identidades e alteridades, considerando o quadro de valores de uma classe média e alta de Brasília. É dessa pesquisa, as informações sobre a opinião dos jovens de escolas de classe media alta sobre o que seriam atos de violência, a saber:

Matar um índio: 4,7%.

Matar um político: 4,7%.

Matar um mendigo: 3%.

Matar homossexual: 0,2%

Tais dados já indicam uma visão de que se poderia tratar a violência ou as violências por uma perspectiva de gradação, quando haveriam atos mais ou menos violentos.

Além dos óbvios sinais de alerta sobre preconceitos difusos, sugeridos pelos dados anteriores, há implicações mais sutis que me fazem retomar o tema das identidades.

Discute-se hoje os direitos humanos das mulheres, os direitos humanos dos negros e os direitos humanos do homossexuais, por exemplo. Foram 20 mil pessoas na marcha pelo orgulho gay em Salvador e 2 mil pessoas, em Brasília, recentemente. Claro que tal chamada por direitos dessas identidades é uma conquista de cidadania. Como o é, a preocupação com a cidadania dos jovens.

Mas falta mais debate sobre cultura da violência, porque alguns, mesmo entre as novas identidades, são mais protegidos, mais representados ou mais vulneráveis do que outros.

Estas são reflexões marginais, que indicam que pesquisas não são apenas para descrever, documentar ou propor, no específico, mas que cabe também refletir além dos achados, sobre significados destes tempos, o que estariam falando do imaginário social, não somente sobre a juventudes, suas vivências e percepções.

No campo de pesquisas, a UNESCO desenvolve cerca de seis linhas temáticas:

A primeira linha-juventude, violência, cultura e cidadania-está com nove títulos publicados, sobre percepções de jovens a respeito de um elenco de temas em torno de cultura e violência;

A segunda linha seria sobre escola e educação, desafios e sucessos. Nessa linha foi recentemente publicado pelas pesquisadoras Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua um estudo intitulado “Violências nas Escolas” e estão em andamento cerca de cinco títulos. Entre eles, um que conta com a participação da Eliane Ribeiro Andrade e o João Paulo de Castro, sobre escolas bem sucedidas.

A idéia de ao mesmo tempo trabalhar no plano da denúncia e trabalhar no plano de ilustrar casos bem sucedidas é outra perspectiva comum.

Nesse plano de trabalhar também com casos bem sucedidos, outra pesquisa sobre juventude, violência, cultura e cidadania foi publicada com o título de "Cultivando vida. Desarmando Violência. Experiências em Educação, Cultura, Arte, Esporte e Cidadania com Jovens em Situações de Pobreza" (Castro M; Abramovay, M; Rua, M G e Andrade, E.). Nessa pesquisa, por um ano e meio se pesquisou a partir de cerca de trezentas organizações governamentais, não governamentais que trabalham na área de esporte, educação para a cidadania, cultura, arte e lazer. Em profundidade, analisou-se 30 experiências, sua caracterização, metodologia, vocabulário de sentidos, refletindo sobre termos comuns, avançando-se por um debate teórico, de-construindo certos termos como auto-estima, pertencimento e protagonismo juvenil

São termos que fazem parte de um vocabulário comum de quem trabalha com jovens, mas que podem ter vários sentidos e não são propriedade necessariamente dos bem intencionados.

Inclusive, de acordo com essa pesquisa, sugere-se que também o tráfico recorre a tais valorações. As organizações do crime ao recrutarem os jovens exercem sobre eles certo fascínio que não está restrito a uma racionalidade econômica, não se devendo esquecer que

alguns valores manipulados no tráfico se inserem no universo de valores difuso na sociedade. Assim poder, individualismo narcisico, auto afirmação são fatores que também contam. Não há nada que dê mais protagonismo juvenil do que estar com uma AR-15 no ombro. Por que uma AR-15 dá um certo protagonismo juvenil? Porque dá poder, mesmo que seja o poder pela intimidação. Então, o que se discute é a formatação em praticas, desses conceitos, como a auto-estima e o reconhecimento. Quer dizer são mais do que valores absolutos com sentidos únicos. Há uma série de conceitos, que vão fazendo parte de um vocabulário usado de forma acrítica. Há que se discutir os sentidos das práticas sociais desses conceitos.

A UNESCO significa a Organização das Nações Unidas para a Educação e à Ciência, então a questão da educação é considerada estratégica. No debate da educação e conta a UNESCO, além das pesquisas no Brasil, com uma série de textos que hoje têm um reconhecimento internacional no plano de debate teórico como uma idéia que sai daquela visão monolítica de educação como super estrutura; educação como parte da cultura sem bases materiais, fora de um contexto de economia política (Ver Delors e Morin- referencias ao final).

Dá-se ênfase a escola. Há uma série de textos com análises críticas sobre a escola. A terceira linha de pesquisas do setor de pesquisas da UNESCO no Brasil é sobre educação, saúde, governabilidades e avaliações, quando se discute as interações entre sociedade civil e sociedade política, saindo também de um certo lugar comum hoje, o ‘endeusamento’ das organizações não governamentais; o “deslumbramento” com uma chamada sociedade civil, como se essa se modelasse à parte da sociedade política. Nessa linha se discute governabilidade e se elabora avaliações de programas, projetos e políticas.

A minha leitura, que reconheço que é muito própria, é que haveria uma potencialidade crítica com tal linha, sobre os nexos entre sociedade civil e sociedade política, o que (minha leitura, insisto), sugere a idéia de que o Estado, como propõe Gramsci, é referencia de setores da chamada sociedade civil. Não há sociedade civil sem sociedade política. Isso é uma dialética que há que se guardar. Então há de que discutir processos de cooptação, afirmação de lugares de advocacia e participação popular e outras identificações a partir das interações entre sociedade civil e sociedade política. Haveria que mais proceder a crítica à

chamada sociedade civil, critérios de representação, diversidade de instituições e estar atentos a diferentes formas de fazer política.

Não estou com tais inferências, sugerindo que tais vetores são orientações das linhas de pesquisas anotadas, mas sugerindo potencialidades de tais linhas para análises a partir de, ou sobre, juventudes.

Uma quarta linha de pesquisas da UNESCO no Brasil, denomina-se identidades juvenis, vulnerabilidades e participação no urbano e no rural, comparações internacionais.

Há, nessa linha, uma pesquisa comparativa sobre a situação dos professores e o seu quadro de idéias na Argentina, no Brasil e em outros países da América Latina.

Neste ponto gostaria de trazer para o debate um conceito que estamos recorrendo ultimamente, no debate sobre juventudes, o de vulnerabilidade social (Abramovay, Castro et al 2002) Recorre-se em diversas pesquisas ao debate sobre o conceito de vulnerabilidade social, que ao apelar para debates sobre capital cultural e social, ativos, recursos e obstáculos, ao que pede referências a vários níveis analíticos - os indivíduos, a família, a comunidade, por exemplo.

A idéia nesse conceito é sair do círculo descritivo e que reduz os pobres a não sujeitos, diferenciando-se de conceitos já bastante criticados, como o de exclusão e pobreza.

Com o conceito de vulnerabilidade social, não se perde o único, o identitário. Considera-se que há que refletir sobre estereótipos, preconceitos, vulnerabilidades de indivíduos específicos, as vulnerabilidades em torno dos jovens, as vulnerabilidades em torno das mulheres, as vulnerabilidades em torno dos negros, por exemplo.

Por outro lado há o apelo, insisto, no conceito por trabalhar a diversos níveis, considerando como se modela vulnerabilidades ao nível da comunidade, de instituições e ao nível da sociedade, inclusive trabalhando com a noção de estruturas vulnerabilizantes, ou seja componentes de um sistema, de organizações sociais que colaborariam para que certos indivíduos, mesmo dentro de uma classe social, como entre os pobres, sejam mais vulnerabilizáveis. Mas considero que poucos trabalhos na América Latina têm enfrentado tal desafio de combinar análises centradas em indivíduos, suas percepções, com análises históricas que destaquem estruturas vulnerabilizantes.

De fato certos períodos, certas organizações de sociedade seriam mais vulnerabilizantes que outras. Tenta-se assim, minha leitura, de novo, agora sobre uma potencialidade subversiva do conceito de vulnerabilidade social, proceder a uma dialética entre o molecular e micro referencias.

É interessante, entretanto, observar que há pecados originais no conceito de vulnerabilidades-de extenso uso hoje pela CEPAL, por exemplo--como a sua difusão pelo Banco Mundial para fins instrumentais, na linha da antiga perspectiva de capitalizar o que nos anos 60 era conhecido como "estratégias de sobrevivência, ou como os pobres se viram. Há também a recorrência conexa a termos de mercado, como capital, ativos e recursos, lembrando traços das ciências sociais neoclássicas.

Mas há reapropriações possíveis do conceito, uma certa transculturação, segundo referencia do antropólogo cubano Ortiz, ou seja a possibilidade de remodelação de um conceito por usos mais apropriados a uma realidade, e com outra perspectiva.. Transculturação é pegar conceitos que têm determinada marca e, através de um processo de transformação conceitual por análises de praticas, dar chão, materialidade própria.

Assim recorre-se ao conceito de vulnerabilidade no plano de nexos com os debates de Bourdieu, sobre capital cultural e capital social, indicando formas de lidar com vulnerabilidades pelos vulnerabilizados, além de incluir entre as vulnerabilidades sistêmicas, não somente as faltas de, mas o não acesso a, e também a violências simbólicas, ou seja, aquelas violências que se reproduzem com a conivência das vítimas, porque elas já têm um grau de legitimidade social.

A violência simbólica seria uma vulnerabilidade pelo que impede a revolta, a critica,pois está amparada por poderes legítimos que codificam o imaginario social.

É uma violência simbólica, que reforça vulnerabilidades, a aprovação de uma lei no Estado do Rio de Janeiro, sobre a obrigatoriedade de educação religiosa nas escolas, inclusive privilegiando certas cosmovisões religiosas em detrimento de outras, como as afro brasileiras.

Eu ontem estive em Brasília numa reunião ampla com entidades do movimento negro sobre discriminação nas escolas, e se contou um caso de um estudante que saiu da escola e ele era considerado um fracasso, mal sucedido, até quando a mãe foi pedir para ver os livros didáticos e todos os livros didáticos limitavam-se à representação de brancos como

os bem sucedidos. Nesses livros, a história da colonização e da escravidão era contada representando-se os escravos de forma negativa. É constituinte de uma violência simbólica, uma vulnerabilidade, estimular um certo acervo de conhecimentos que mina a auto estima coletiva de um povo. Mina as referências estruturais.

A outra questão que trabalha o conceito de vulnerabilidade remete à dialética da metáfora Escravo x Amo, o poder que tem os dominados, mesmo numa situação de dominação de minar e subverter a relação. Então ao refletir sobre a questão da vulnerabilidade, haveria que considerar que por mais vulnerável que se seja, se recorre a alguma estratégia de contraposição a essa vulnerabilização, o que não implica em alterar o estado de vulnerabilidades, em plano mais estrutural. Os setores vulneráveis têm um capital cultural, capital social, de múltiplos sentidos, que pode vir a ser aproveitado de alguma forma, por eles próprias, no sentido de lidar com a sua vulnerabilidade.

Por exemplo, no debate sobre violência, claro que há que reconhecer que há violências, e que o desemprego, as desigualdades sociais, são violências. Além dessa reflexão sobre bases materiais de violências, vem a UNESCO discutindo muito sobre valores, a importância de se insistir em valores, na ética e na estética, no lidar com vulnerabilidades, violências.

Mas por outro lado, falta mais discutir a relação entre poder e violência, e como se pode vir a recorrer a violência, por falta de poder, ou como forma de lidar com a falta de poder na economia, na cultura dominante, na sociedade. Se o valor apreciado socialmente é ter poder, busca-se poder pelas alternativas que se dispõe (os recursos disponíveis).

Segundo o estudo da UNESCO sobre Mapa da Violência e Juventude III (Waisselisz 2002) nas chamadas sociedades de primeiro mundo os jovens mais se suicidam, apresentado tais países taxas de suicídio entre os jovens até trinta vezes maiores que os jovens no Brasil. Já o que destacaria o Brasil, seriam as taxas de homicídio dos jovens e pelos jovens. Se mata e se é morto, comumente por um outro jovem, quando não pela polícia.

Nos Estados Unidos e na Europa o jovem se mata a si mesmo ou então, a certa altura, mata muitos.

Há que mais refletir sobre tais diferenças na discussão sobre violência e juventude, quando se mata outro, afirma-se um certo poder, ou uma certa impotência e busca por poder.

Nestes tempos de impotência do sujeito frente a sistemas, recorre-se às armas que se tem. Numa sociedade, aonde tanto se privilegia o valor de ter poder, quer pelas aparências, quer pelo dinheiro, quer pelos bens de consumo, como não buscar caminhos, legais ou não, para se ter acesso a tais bens simbólicos e materiais? O nexos entre violência e poder se faz, o que é criticado por Hanna Arendt, a naturalidade do nexos, mas reconhecida a construção social sobre tal nexos.

Na quarta linha de pesquisa da UNESCO estamos desenvolvendo no Rio de Janeiro uma pesquisa, que além da participação da Miriam Abramovay e minha, conta com a Eliane Ribeiro, o João Paulo de Castro, a Giselia Potengy e uma série de pesquisadores bolsistas, como a Salomé, a Luciana, a Clesirlene, o Geovano, a Christiane e a Márcia, que têm estado aqui, neste Seminário. A pesquisa conta com apoio da FAPERJ e se intitula “Cidadanias Negadas, Vulnerabilidades e Juventudes do Rio de Janeiro”. Nessa estamos dando uma especial ênfase ao debate sobre os jovens que não estudam e não trabalham. Uma quinta linha de pesquisas se intitula identidade de gênero, sociedade civil e políticas públicas. Nessa linha se publicou um livro com nome bem sugestivo, "Engendrando um Novo Feminismo, Mulheres Líderes de Base". Note-se a preocupação com as lideranças juvenis, as lideranças no gênero, mas no plano de organizações de bases comunitárias, quer sejam essas de corte feminista, inscritas no movimento negro ou em outras áreas. Discute-se práticas, como se viria gestando uma sociedade civil plural, inclusive por movimentos sociais militantes, chamando-se atenção para um certo capital cultural que retrabalha, a partir de materialidades próprias, debates do feminismo.

A idéia também é registrar e refletir sobre a memória social de organizações de base comunitária, organizações não governamentais, inclusive ONGs que estão fazendo a diferença no plano de cultura de paz, ou seja, de uma cultura antítese à banalização da violência que estamos vivendo.

Uma outra pesquisa dessa linha, de identidade de gênero, também traz um título bem significativo. Refiro-me à pesquisa elaborada pela Miriam Abramovay e a Maria das Graças Rua, sobre as práticas cotidianas do movimento e de organizações rurais, tipo MST, CONTAG e outras, ressaltando-se o caso das relações de gênero em assentamentos

rurais. O nome da pesquisa surgiu do expresso por uma mulher entrevistada em um assentamento rural: “Companheiras de Lutas ou Comandantes de Panelas?”

A sexta linha de pesquisa é sobre identidade étnico - racial . Junto com o IPEA, promoveu a UNESCO uma pesquisa feita pelo Ricardo Henriques sobre as meninas negras nas escolas e uma outra elaborada por Hédio Silva, sobre discriminação nas escolas—ambas a serem publicadas.

Ainda que gênero e raça sejam objetos de linhas de pesquisas em si, gênero e raça são também temas transversais no plano das pesquisas da UNESCO.

No plano de um panorama das pesquisas da UNESCO, por fim, destaco uma estratégia de fazer pesquisas. Vem-se trabalhando com parcerias e se conta com uma equipe de pesquisadores “sêniores” (a sede do setor de pesquisa é em Brasília), alguns aqui (Rio de Janeiro). Faz-se parcerias com universidades, organizações não governamentais na condução das pesquisas. A maioria das pesquisas, com algumas exceções, são de caráter nacional, e se procede a uma combinação de métodos. Utiliza-se dados secundários. Naquela sobre vulnerabilidades e juventudes, com foco nos que não estudam e não trabalham, tem-se a colaboração de Julio Jacobo Waiselfisz, trabalhando micro dados da PNAD 1999 e se vem procedendo, no Rio de Janeiro a dois estudos de casos, por entrevistas e grupos focais. Conta-se na equipe com a consultoria da Míriam Abramovay—que há muito desenvolve na América Latina pesquisas recorrendo a grupos focais. Ou seja, busca-se sempre combinar técnicas quantitativas, em muitos casos surveys, com técnicas qualitativas, e na maioria das pesquisas se desenvolve estudos em varias partes do Brasil.

A idéia é conjugar caminhos, saindo de alguns debates estéreis que ainda permeiam boa parte da academia, entre as propriedades de técnicas qualitativas verso as quantitativas e vice-versa. Pensa-se em vários olhares, com metodologias que possam vir a ser criticadas e cuidar da confiabilidade

Um outro diferenciador das pesquisas promovidas pela UNESCO, é a preocupação com políticas públicas. Na maior parte das pesquisas tem-se como referencia percepções de jovens, professores, no caso de ter como unidade de observação a escola, os pais e agentes da comunidade. Nessas é comum perguntar sugestões sobre políticas públicas. Hoje o Setor de Pesquisas está organizando um banco de dados das chamadas agendas jovens ou de

políticas públicas para a juventude—quer aquelas oficialmente firmadas, as sugestões de foros internacionais e as colhidas junto a jovens, tanto em pesquisas como em seminários especialmente desenhados com tal fim.

Recentemente junto com a Fundação Kellog, Miriam Abramovay e eu fomos a quatro capitais do Nordeste para seminários sobre políticas públicas e juventudes. Coletamos uma série de proposições para uma agenda de políticas públicas, que farão parte de texto a ser publicado em breve.

Várias outras entidades estão trabalhando nesse mesmo sentido, de modelar uma agenda de políticas para juventudes, como a Organização Brasileira de Juventude e a Fundação Ayrton Senna, o que é ótimo.

De acordo com alguns autores, a juventude, principalmente a adolescência foi descoberta na passagem do Séc.XIX para o Séc.XX., é portanto uma preocupação recente. Mas há complicadores de diversos tipos com o lidar com juventudes, em particular no plano do Estado. Há complicadores no plano epistemológico, de concepção de juventude, ignorando sua diversidade e o que há de comum que caracterizaria uma geração, a de jovens (ponto também destacado em trabalhos da Regina Novaes); a concepção de juventude como etapa de transição e estereótipos sobre o que seria ser jovem. Por outro lado há em distintos ministérios e secretarias, várias políticas voltadas para jovens, ou melhor, para adolescentes, e comumente também para crianças, o que já indica uma confusão conceitual e ideológica sobre o jovem..

No PPA--Plano Plurianual de Investimentos--, na Lei de Diretrizes Orçamentarias e nos ministérios, já existem cerca de cem projetos ou programas especialmente desenhados, senão, para jovens, voltados para crianças e adolescentes. No PNDH II (Plano Nacional de Direitos Humanos Dois) cerca de 70, das duzentos e cinquenta proposições, referem-se a jovens. Contudo a maioria dos programas são pontuais, a varejo e não se conta com sistemas de avaliações e não se sabe como participam os jovens quer na sua elaboração, quer no seu acompanhamento.

Vale discutir como se vem dando a participação dos jovens nas chamadas agendas jovens, em que medida se considera o seu capital cultural. Por outro lado em se discutindo políticas para e mesmo com a juventude, mais do que inserir novos sujeitos em um processo viciado, caberia mais discutir as formas de fazer política no nosso país. Cerca de 85% dos projetos

que foram aprovados na Câmara dos Deputados, e 60% dos aprovados no Senado no ano passado saíram do Executivo, comumente por medidas provisórias, segundo matéria de um jornal conservador, como o Estado de São Paulo.

Ou seja, pensar em políticas de e com a juventude deveria passar por discutir democracia participativa. Não é ao azar que o conceito de geração tem duplo significado. Refere-se a um coorte, um período em uma trajetória de vida e se refere a um tempo, a um *ethos* político, econômico e cultural. Tal reflexão sobre o entrelaçamento entre biografias e história é parte da perspectiva da Escola de Birmingham, que contribuiu com alguns textos e autores mais inovadores no plano do debate teóricos sobre juventude, como Stuart Hall, Paul Gilroy e outros.

Quais são as características, os autoritarismos, os rasgos de poder, a cultura destes tempos? Propor políticas para a juventude por programas pontuais, ou recomendar medidas na área de segurança, a abertura de uma quadra de esporte no reduto do político tal, a criação de uma secretaria, uma nova maquinaria, uma nova inscrição sem discutir, sem questionar a forma geral de fazer política, é não se dar conta que juventude potencializa transgressão, inovação, então pede mais criatividade e dar conta da complexidade dos nexos entre coisa de estado e coisa de jovens, no plano de políticas públicas e juventudes.

Tais considerações não vão no sentido de invalidar o movimento por delimitar-se 'agendas jovens' e a proposição de programas para jovens, mas para alertar sobre limites e evitar deslumbramentos. De fato é um avanço hoje, quando se fala de políticas públicas para a juventude, sair do plano do controle, não considerar que o jovem é caso de polícia e tentar minimizar a tutela do Estado--acentos de períodos recentes na América Latina, em particular no período dos movimentos estudantis e das ditaduras militares, segundo Ernesto Rodrigues, autor que muito tem escrito sobre políticas para juventude na Região. Hoje haveria a preocupação, em muitos campos, por políticas não para mas com juventudes, aonde os jovens teriam o que alguns denominam, certo protagonismo, e que outros melhor se referem à participação--o que pressupõe um Estado de bem estar social e também pressupõe investimento em formação política, inclusive processual, ou seja, conhecimento sobre os rituais de fazer política formal.

De fato há que cuidar sobre o termo protagonista, pois pode ser usado de forma instrumental, como o de deixar que os jovens se virem com os escassos recursos materiais e

institucionais que possuem muito deles. Maria Eugenia Millet, autora de teatro e coordenadora da ONG CRIA que se destaca em trabalhos com jovens na área de arte e criação literária, lembra que o conceito de protagonismo, no teatro, é o que está à frente, o que marca textos. Ela em conversas informais, nos chamou a atenção para outra figura do teatro grego, o antagonista, o que critica, o que subverte o script. Pois é, será que na forma de se fazer política eleitoral e representativa formal hoje, haveria lugar para antagonistas? Para a crítica jovem?

Quando insistimos que há que se advogar não somente políticas com a participação dos jovens, mas políticas que sejam voltadas para os jovens, é para sublinhar a carga de responsabilidade do Estado. Ou seja, políticas para a juventude remete para o poder de Estado em legislar, em controlar orçamentos e executar, poder que muitos de nós, especialmente os cidadãos mais jovens, não tem.

Há que ter a preocupação por garantir o lugar de posturas críticas, não seria o caso apenas de propor políticas mas colaborar para que os jovens possam exercer posturas críticas do fazer política.

## **2. ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE JUVENTUDES, A PARTIR DAS PESQUISAS DA UNESCO<sup>2</sup>**

### **SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS JOVENS**

#### **Quadro 1**

População Jovem (15 a 24 anos):

-32 milhões, 40% dos jovens vivem em famílias em situação de pobreza extrema (famílias sem rendimentos ou com até 1/2 salário mínimo de renda familiar per capita).

Observa-se ritmo elevado de crescimento da população entre 15 e 24 anos, no panorama demográfico brasileiro, uma "onda jovem", chamando a atenção para o fato de que estaríamos vivendo um pico abrupto no número de adolescentes, cuja média gira em torno de 17 anos.

A juventude da população pode colaborar para o debate não só do perfil demográfico mas sobre sentidos da transição demográfica. Um indicador da "modernidade da sociedade brasileira", seria seu estágio na transição demográfica. (Transição demográfica é a relação entre mortalidade e fecundidade.). O Brasil seria demograficamente moderno porque a

mortalidade e a natalidade estariam diminuindo, assim seríamos, em termos populacionais, um país desenvolvido. Mas tal raciocínio é questionado quando se observa a mortalidade entre os jovens--essa viria aumentando, em particular por causas externas (homicídios e acidentes de trânsito)—o que mais se apresenta no item sobre violências.

## TRABALHO

Seguem-se análises que equacionam estudo e trabalho, considerando grupos etários.

Tabela 1

Jovens, segundo educação e ocupação, RM Rio de Janeiro, 1999. (%)

	15 e 16	17 e 18	19 e 20	21 e 22	23 e 24	Tota l
Só Trabalham	15%	32%	56%	58%	69%	54%
Só Estudam	29%	20%	8%	7%	4%	10%
Trabalham e estudam	46%	36%	21%	21%	12%	23%
Não Trabalham e não estudam	10%	12%	15%	14%	16%	14%
TOTAL	100%	100%	100%	100 %	100 %	100 %

Fonte: PNAD 1999, micro dados- pesquisa sobre Cidadanias Negadas, Vulnerabilidades e Juventudes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro-Castro e Abramovay (co-coordenação)-UNESCO-FAPERJ, em elaboração

<sup>2</sup> Os quadros e tabelas desta seção foram preparados pelo Setor de Pesquisas da UNESCO-Brasília

Um dos grandes cortes na relação estudo e trabalho é na idade entre 17 e 18 anos. Uma das primeiras inferências para políticas de tal dado é considerar que a maior parte das políticas existentes no PPA, contemplam só as populações até 17 anos. Quer dizer, existe um grupo acima de 17 anos que está totalmente fora de coberturas de políticas públicas; um dos grupos mais vulneráveis se considerarmos a saída da escola, a inserção no trabalho ou formas como está em empregos de diversos tipos.

O efeito renda é indicado na tabela seguinte. Os grupos de mais baixa renda, pela falta de oportunidade e um estado de desalento se destacam na categoria dos que não estudam e não trabalham. Mas é interessante notar que a proporção dos que só estudam, no grupo de menos de um salário mínimo é muito próxima do grupo dos mais ricos, de mais de cinco salários mínimos. Aí nota-se o importante de combinar estudos que explorem estatísticas com métodos qualitativos. Possivelmente esse grupo, que só estuda, os 40% de até ½ salário mínimo, e os 43% que só estudam, mas cuja renda familiar per capita é acima de 5 salários mínimos por suas distintas realidades, tenham acesso a diferentes tipos de educação quanto a qualidade e os significados sociais de frequência escola na sua cotidianidade, sejam totalmente diferentes. A pesquisa Cidades Negadas está em fase de intenso trabalho de campo e esse é um dos desafios ao pessoal da pesquisa. Agora, notem que os que não estudam e não trabalham correspondem a 20,4% do total de jovens entre 15 a 14 anos, no conjunto das nove regiões metropolitanas—o que significa mais de 11 milhões de jovens.

Não existe uma preocupação ou políticas específicas para esse grupo, nesse tipo de vulnerabilidade. Por exemplo: quando perguntado que políticas públicas propõem é comum jovens entre 14 e 15 anos declararem “queremos ter um trabalho”. O direito de tempo de brincar e de tempo de estudar não é reconhecido pelos adolescentes, face suas necessidades e da família. Abdica-se da reivindicação do seu direito a estudar, e não declaram que querem bolsas, condições para que só estudem. A busca de trabalho é prioritária para os jovens pobres, e, em algumas das entrevistas na pesquisa Cidadania, nota-se que entre os jovens que estudam e não trabalham, se aparecer uma oportunidade de trabalho, o estudo é abandonado mesmo que seja um trabalho de ganhos imediatos, mas sem perspectivas a longo prazo. Limita-se expectativas de futuro. Perspectiva que facilita

o envolvimento em violências. A idéia do não futuro, do “eterno presente” que se refere Frederic Jameson, é uma idéia que tem chão e decolagem, estímulo, no neo-liberalismo.

TABELA 2

Jovens de 15 a 24 anos, segundo escolaridade e situação quanto a trabalho por renda familiar per capita, Conjunto 9 Regioes Metropolitanas, 1999 (%)

Faixa Renda Media Per capita	Só Estudam	Só Trabalham	Estudam e Trabalham	Não Estudam e não trabalham	Total (100%)
Até 0,49 SM	40,2	16,5	9,6	33,7	
De 0,5 a 0,99SM	36,6	23,2	12,8	27,5	
De 1 a 1,49SM	33,8	29,7	14,9	21,5	
De 1,5 a 1,99SM	31,4	31,2	17,5	19,9	
De 2 a 2,99SM	32,3	34,4	18,2	15,1	
De 3 a 4,99SM	32,3	32,3	22,2	13,2	
De 5 SM e mais	43,4	25,1	23,6	7,9	
TOTAL	35,5	27,6	16,6	20,4	

Fonte: PNAD 1999, micro dados- pesquisa sobre Cidadanias Negadas, Vulnerabilidades e Juventudes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro-Castro e Abramovay (co-coordenação)-UNESCO-FAPERJ, em elaboração

#### Quadro 2

##### Alternativas ao Trabalho

Entrevista escola, grupos de rappers

*Ah, rala, rala, e nunca tem nada. É melhor robá, sabia?*

*Porque tipo assim, você trabalha lá. Você trabalha o mês todinho, pra pega cento e vinte reais. Você não faz nada com cento e vinte reais. Quando você vai assalta uma padaria chega quinhentos contos, só de uma vez. Cinco minutos dentro da padaria.*

*Neguinho fica revoltado também, porque, tipo assim, um pai de família tem altos moleque pra assumi, aí tipo, vai arrumá um tranco véio, ganha cento e vinte reais. Aí o cara fica indignado. Aí neguinho pensa em robá mesmo.*

*Pra vê o filho dele morre de fome? O cara vai robá mesmo*

Note-se a crítica social no depoimento do grupo de rappers. Em várias pesquisas se tem destacado tal perspectiva de grupos como os de rappers e de Hip Hop, considerando a importância cultural dessas manifestações não só no plano artístico, mas para uma cultura crítica, uma forma de fazer política e também, para muitos, de emprego.

.As pesquisas da UNESCO, muitas delas tem dado muita ênfase à importância de expressões do Hip Hop, dos grupos culturais. Busca-se sair daquele debate estéril sobre o que é mais importante, pão ou circo-- culturalismo vs. economicismo—ou seja se é mais importante emprego ou cultura. Se nós concebermos que cultura é um bem, é um direito de cidadania, que dispor de equipamentos de lazer, equipamentos de esporte é um direito de cidadania, arte, cultura e esporte são bens e pedem serviços, equipamentos

### EXCLUSÃO/DESIGUALDADES SOCIAIS

Passando por exclusão social, a conformação de um imaginário pautado por pessimismo e violência, que se alimenta inclusive pelos preconceitos sofridos, de várias ordens. Em uma série de pesquisas da UNESCO se vem perguntando aos jovens quais principais preconceitos, quais principais discriminações sofridas. Preconceito é mais psicológico, o nome do quadro, a seguir apresentado, deveria ser discriminações. Pode-se ter políticas públicas contra discriminações mas não se pode ter políticas públicas pontuais contra preconceitos. Note-se como muitos jovens se dão conta dessa cultura anti jovem que está se criando no país. E expressam que são vítimas de preconceitos por somente serem pobres, por serem jovens, pelo fato de morarem em bairros de periferia ou favelas. As pesquisas estão recheadas desse tipo de observação, do jovem não conseguir emprego, embora tenha qualificação. Mas quando se pergunta “aonde mora”, “na favela do Alemão”, “de jeito nenhum”. O estigma de violência se gruda em você: se é violentado no direito de se apresentar, de ser, porque já é etiquetado como “marginal” ou porque mora longe, ou no bairro também estigmatizado como lugar de violências. Também se é codificado pela aparência física ou maneira que se veste, pela condição racial. Mas isso, das discriminações, dos estigmas, nós, pesquisadores já sabemos. O importante, que vem das pesquisas da UNESCO, é que são os jovens que declaram, que espontaneamente apontam áreas de discriminação, construtos de estigmas, e assim indicam uma massa crítica, uma revolta que pode derivar em várias reações. Este se dar conta e

anunciar as discriminações sofridas é algo novo e que, possivelmente, ha dez, quinze anos atrás não se registraria. Isso é um ganho. Essa conscientização das discriminações em termos raciais, por exemplo .

### QUADRO 3

#### PRECONCEITOS

Preconceitos enfrentados pelos jovens em situação de pobreza - comunidades da periferia: por serem jovens; pela fato de morarem em bairros da periferia ou favelas; pela sua aparência física, a maneira como se vestem; pelas dificuldades de encontrar trabalho; pela condição racial; pela impossibilidade de se inscreverem nas escolas de outros bairros; problemas singulares quanto à primeira inserção no mercado; requisito da experiência prévia e novas necessidades quanto a profissionalização.

#### A ESCOLA

Tabela 3

Alunos, por capitais das UFs, segundo o que não gostam nas escolas, 2000 (%)

Os alunos não gostam	DF	AL	PE	BA	PA	SC	RJ	SP
Espaço físico	48	38	45	46	50	41	49	41
Secretaria, direção	36	28	40	36	35	38	28	35
Maioria dos alunos	32	42	33	39	24	33	28	36
Aulas	29	20	26	24	19	34	23	26
Maioria dos professores	25	25	22	26	20	29	20	24
Total (N)	2761 27	7944 9	1864 72	3483 39	1466 02	3807 8	4806 16	11444 92

Fonte: In Abramovay, Miriam e Rua, Maria das Graças “Violencias nas Escolas”- UNESCO, 2002

A escola é um dos eixos de preocupações da UNESCO no Brasil. Nas pesquisas o comum, é uma ambígua referência a escola, se critica mas se considera importante, é uma das referências básicas, não só pela idéia de que é necessária para o mercado de trabalho, mas também pelas relações com os colegas—a sociabilidade de pares—e com os professores. Na tabela anterior surpreende as altas proporções dos que não gostam dos colegas e dos professores. Note-se a alta proporção dos que não gostam do espaço físico. Os estudos da escola de ecologia humana já alertavam há muito da influência social do espaço físico, este não é um indicador solto. O espaço aonde você convive tem repercussões, rebate na sua auto-estima, na sua identidade em relação a uma instituição, e também até nas relações sociais estabelecidas. Como você se considera e como considera o lugar. Essa tabela é do livro “Violências na Escola” coordenado pela Miriam Abramovay e o que nos chama a atenção, insistimos, é que tenha tantos alunos que não gostem dos outros alunos. Para o caso do Rio de Janeiro, tem-se cerca de 28% dos alunos das escolas em tal categoria—ou sejam que não gostam dos seus colegas. São muitos também que não gostam das aulas, não gostam dos professores. E os professores? Se os alunos não gostam dos professores, a maior proporção dos professores não gostam dos alunos.

Quer dizer, discutir violência sem discutir esse clima de relações sociais que se está vivendo nessas instituições é reduzir a complexidade de fenômenos que se alimentam de mal estares a uma ou outra causa. Não há, por outro lado, que culpabilizar professor ou culpabilizar aluno, mas se dar conta de uma rede de interações conflitivas e que se estão dando com insatisfações de todos por uma série de condicionamentos que não necessariamente tem a ver com a relação primária, ou seja entre o professor e o aluno, diretamente.

No Rio de Janeiro, 62% dos professores perguntados disseram que o que menos gostam na escola é das aulas. Mas quem é que dá a aula?

Vários psicanalistas têm alertado para o mal-estar potencializado pelo medo, pela impotência e um certo desgaste do ciclo de relações sociais, que nessa tabela sobre a escola vemos tão bem.

Na pesquisa sobre violências nas escolas, não se destaca apenas a violência física, a violência que sangra, que mata, a violência de brigas, mas se documenta e se debate violência sexual, violência doméstica, a violência simbólica, principalmente de professores

em relação aos alunos, mas também dos alunos contra outros, em violências nas relações de gênero, raciais e outras.

## VIOLÊNCIAS

### Quadro 4

Violências: definições utilizadas

(1) Intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios até a violência no trânsito, (disfarçada sob a denominação de “acidentes”), além das diversas formas de agressão sexual.

(2) Formas de violência simbólica (abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade); verbal; e institucional (marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder).

Fonte: In Abramovay, Miriam e Rua, Maria das Graças “Violências nas Escolas”- UNESCO, 2002

### Quadro 5

“Banalização” da Violência

“Amamentados ao som dos tiros”

(em Grupo focal com jovens)

*A gente fala que fomos amamentados pelo som dos tiros. Porque várias vezes, a gente tava na rua, ou a gente tava em casa e, constantemente, era muito tiro... e tinha muita coisa que a gente via.* (em Grupo focal com jovens)

Fonte: In Castro, Mary; Abramovay, Miriam; Rua, Maria das Graças e Ribeiro, Eliane “Cultivando Vidas. Desarmando Violências. Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza”-UNESCO, 2001

Quadro 6

Violência institucional

“Tinha que fazer tudo ou apanhava”  
(em Grupo focal com jovens)

*Eu uma vez vinha do ensaio... os policiais me pegaram na rua e me pediram a identidade. Eu era de menor, tinha 15 anos, eles colocaram uma arma no meu rosto. E me fizeram sambar, eu tive que sambar. Perguntaram se eu tocava, “você canta?” “Canto”, cantei para eles. “Você dança?” “Danço”. “Você bate palma?” “Bato”. “Bata palma”, tinha que fazer tudo isso ou apanhava.*

Fonte: In Castro, Mary; Abramovay, Miriam; Rua, Maria das Graças e Ribeiro, Eliane “Cultivando Vidas. Desarmando Violências. Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza”-UNESCO, 2001

Note-se nos quadros, testemunhos da indignação contra a violência o que convive com a sua banalização. Aliás, há que alertar não somente sobre a banalização da violência, mas também na forma desatenta quanto a sentidos, ou seja a banalização do uso do termo cultura de paz, ou seja de uma forma genérica.

Em uma dada comunidade pesquisada, um dos entrevistados quando perguntado se sua área era violenta, ele respondeu que não, que violenta era aquela área lá do Rio, daquele programa “Cidade Alerta”. “Aqui não é violento não. Só aparece um corpo ou dois, mas é aquela violência básica.” Ou seja, daqui há pouco, vamos precisar de diversas escalas para mensurar e para definir o que seja violência a depender do contexto.

Nos discursos sobre violência tanto o conceito sobre o que se considera violência está influenciado por vivências como pelo dito, pelo apreendido nos meios de comunicação, por exemplo.

A violência institucional é uma das violências que mais se registra em distintos discursos. É lugar comum, na maioria das pesquisas da UNESCO a crítica à ação da política, como essa trata os jovens, principalmente se negros, se pobres, se vivendo nas “periferias”. Essa violência institucional alimenta uma cadeia de violências e é pouco referida nos debates públicos sobre violência.

O debate público está tão impregnado de emoção, da necessária indignação pelo sofrido pelas vítimas, que é difícil se referir a essas questões, como o direito humano dos agressores e as condições de vida e de violências por ele, por ela sofridos. Quando houve aquele caso daquele ônibus no Jardim Botânico, o 174, muito se falou da violência que foi seqüestrar o pessoal do ônibus, a tortura passada, e as mortes ocorridas-e haveria que de fato noticiar tais fatos. Mas poucos jornalistas se interessaram pela história de vida do seqüestrador, sobre o que sofreu no âmbito da Chacina da Candelária, e sobre o tipo de morte, que ele teve no camburão.

Tabela 4

Óbitos na População de 15 a 24 anos por grupos de causas externas, segundo cidades selecionadas, 2000

Cidade	Causas externas % <sup>(1)</sup>	Acidentes de transporte	Homicídios	Suicídios
Brasília	71,2	17,6	45,2	3,2
Cuiabá	68,2	15,1	45,0	2,3
Porto Alegre	62,0	12,9	37,3	5,2
Rio de Janeiro	74,3	7,6	55,0	0,8
São Paulo	79,6	3,9	61,9	1,6
Teresina	49,7	13,5	22,3	2,2
Maceió	58,1	12,5	40,0	0,2
Natal	58,9	9,4	8,7	1,1
Fonte: Waiselfisz 2002				

No Rio de Janeiro, entre as mortes do pessoal de 15 a 24 anos, 74% é por homicídios, suicídios e acidentes de transporte. Sendo que, dessas chamadas causas externas (mortes violentas), o homicídio tira 55% de vidas de jovens de 15 a 25 anos no Rio de Janeiro, sendo que 70% por arma de fogo.

#### CULTURA, LAZER E ESPORTE

A carência de lazer, trabalho e escola é explorada pelo tráfico que, em muitos lugares, torna-se referência para os jovens, ocupando um espaço deixado em aberto pelo poder público e pela comunidade.

#### QUADRO 7

*O tráfico foram nossos heróis"*

(em Grupo focal com jovens)

*[Os traficantes] colocaram lazer na comunidade, organizaram o futebol, coisa que a comunidade ama. Colocaram o baile funk, que na época a gente adorava. Colocaram uma série de outras atividades, assim, para animar a comunidade. Poxa, os traficantes foram os nossos heróis, entendeu? Na época, os traficantes eram os meus heróis e não os policiais.*

Fonte: In Castro, Mary; Abramovay, Miriam; Rua, Maria das Graças e Ribeiro, Eliane "Cultivando Vidas. Desarmando Violências. Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza"-UNESCO, 2001-

O depoimento do quadro anterior é bem significativo: sugere que o tráfico não é um "Estado Paralelo"; que o tráfico tem alguma legitimidade das comunidades mais pobres, não só porque o tráfico dá emprego, mas que estaria seduzindo também pelo lado do lazer, do divertimento. De fato a moeda do tráfico têm um valor mais alto, se ganha mais com o tráfico do que no trabalho do setor informal, mas há também o tráfico como propiciando áreas de lazer, de esporte, áreas de diversão--algo que vários trabalhos há muito tempo vêm sinalizando. Desde 1996, nos trabalhos que eu tenho participado sobre juventude, questiono a antítese "Pão x Circo", mas entendendo que não é uma dialética fácil

No debate sobre cultura da violência versus cultura da paz, há que cuidar quando se propõe investimentos em cultura, arte e lazer como forma de dar alternativas aos jovens contra violência—ver pesquisa "Cultivando Vidas. Desarmando Violências". Mais uma vez se insiste contra o uso instrumental da cultura e a substituição do pão pelo circo, ou vice versa,

o circo pelo pão. Há que evitar tal simplificação mas defender a importância, ainda que não a suficiência, dos investimentos em ética, estética, equipamentos culturais, abertura de espaços de sociabilidade e lazer e chamar atenção para o valor contra violências de tais políticas, o que, insisto, se não conjugado a políticas de emprego e de boa educação, podem se perder ou ter efeitos apenas paliativos, temporários.

No conhecido como Relatório Cuellar, o relatório da UNESCO sobre cultura, cultura é entendida como um bem em si, quer seja a cultura popular, quer seja aquele acervo de cultura construída, o balé, as artes plásticas, enfim o que emociona, que implica beleza, o que fala do espírito. É um bem em si, como acervo da humanidade e se se tem como meta a cidadania cultural, se deveria preocupar pela democratização dessa cultura. Todos deveriam ter acesso ao que agrada o espírito, quer como consumidores quer como produtores de cultura. Portanto, além de falar de cidadania política, cidadania social e cidadania civil, há que ter claro o direito a uma cidadania cultural, ao acesso ao acervo de bem culturais. No relatório Cuellar se faz referência também a um aspecto mais instrumental da cultura, como um bem, qual seja a cultura como antídoto à violência. A cultura, a arte, o belo, a aprendizagem de bom nível que ensine a pensar, ou que ensine a questionar, que contribua para a criação de uma massa crítica—essa seria uma cultura que pode vir a ser antídoto à violência. E não é ao azar que há uma série de projetos-- vocês aqui mesmo devem trabalhar em tais projetos-- no plano da arte, da criação, da discussão, do Hip Hop que vêm significando alternativas, se não alternativas absolutas pelos próprios limites do sistema em que a questão reside, mas limites possíveis de serem explorados no debate, na questão contra a violência.

Razão entre Bibliotecas, Museus, Teatros e Cinemas e população de 15 a 24 anos (%), segundo municípios selecionados, 1999.

Municípios	Equipamentos por 100 000 jovens			
	Bibliotecas	Museus	Teatro	Cinemas
São Paulo	11,95	10,66	12,69	9,01
Rio de Janeiro	1,13	3,97	5,26	6,08
Natal	0,61	1,23	0,92	1,54
Recife	1,06	5,67	4,25	8,51
Salvador	0,12	0,20	0,25	0,64

Fonte: In Castro, Mary; Abramovay, Miriam; Rua, Maria das Graças e Ribeiro, Eliane “Cultivando Vidas. Desarmando Violências. Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza”-UNESCO, 2001-

A Tabela anterior foi elaborada a partir de pesquisa do IBGE sobre equipamentos dos municípios. Esses dados são em si significativos da carência cultural e social no país quanto à distribuição de equipamentos básicos como biblioteca, museu, teatro e cinema. Se fossem calculados a nível de bairro, os índices seriam muito mais baixos. Demonstram a importância de trabalhar com uma política muito simples, que é a da descentralização, da expansão e da ampliação das alternativas de arte, cultura e lazer. No Rio de Janeiro existe 1 biblioteca por 100 mil jovens e menos de 4 museus por 100 mil jovens. A idéia foi ampliar o leque de indicadores para identificar cidadanias negadas, indo mais além dos indicadores formais, ainda que necessários, de renda e emprego. O mandato da UNESCO inclui a preocupação com arte, cultura, educação e ciência.

Note-se que nas pesquisas da UNESCO vem se destacando a pobreza de alternativas para ocupação do tempo livre entre os jovens, em particular, os pobres, que vivem em zonas chamadas ideologicamente de “periféricas-- 88% ocupa seu tempo livre principalmente vendo televisão. Em uma cidade, como o Rio de Janeiro, que tem o título de Cidade Maravilhosa, principalmente por suas praias lindas, 31% dos jovens de periferia não vão à praia. Creio que é na publicação “Fala Galera”, que é uma pesquisa feita pela UNESCO no Rio de Janeiro, que se documenta que 70% dos jovens, em algumas áreas da zona Norte

nunca tinham atravessado o Túnel Novo, sendo muito forte a demarcação dos territórios, ou por falta de condições financeiras, ou até por medo, por estigma, ou até por controle das áreas, pelo trafico. Tais dados desmistificam a idéia de cidade democrática e cidade acessível a todos.

#### QUESTOES PARA POLITICAS PUBLICAS DE/COM/PARA JUVENTUDES

##### QUADRO 8

##### COMPLICADORES CONCEITUAIS PARA ELABORAÇÃO DE POLITICAS PUBLICAS DE/COM/PARA JUVENTUDES – CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE

Ø Não conceber os jovens como atores com identidade própria.

Ø Não se considerar a diversidade entre juventudes.

Ø Pensar a juventude por um dualismo “*adultocrata*” e maniqueísta: a juventude perigo hoje x a juventude esperança amanhã

FONTE: Castro, Mary e Abramovay, Mary- Políticas Publicas de/com/para juventudes-em elaboração

Na reflexão sobre políticas públicas ou sobre agenda jovem haveria que sair do lugar comum, da proposição por criar uma secretaria ou uma série de programas para os jovens, sem questionar a operacionalização e participação do jovem, assim como sem questionar como se faz política neste país. Há propostas de políticas pelos próprios jovens, na maioria das pesquisas promovidas pela UNESCO.

.No texto que Miriam Abramovay e eu estamos elaborando, trabalhamos com complicadores ao nível epistemológico ou ecos de uma geração, para a formulação de políticas; os complicadores ao nível do sistema sócio-econômico—a idéia do pensamento único, a lógica do autoritarismo, as desigualdades sociais e o desemprego; assim como a mentalidade de desencanto quanto ao futuro; os complicadores da forma de fazer e acompanhar as políticas publicas no país; e os complicadores das atuais políticas publicas voltadas para adolescentes e jovens.

Por uma pesquisa pela internet feita pelo Setor de Pesquisa da UNESCO em Brasília, identificamos tudo que existe nos planos governamentais, aprovados em termos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Plano Plurianual de Investimentos-há muitos programas, mas A maioria a varejo, pontuais, e sem amparo de avaliações pela sociedade, pelos jovens. No Brasil, como adverte o INESC, tanto o fazer leis por medidas provisórias, como os cortes de verbas e os remanejamentos de verbas fragilizam, por outro lado, o alcance das políticas

publicas, e este é outro ponto a refletir quando se propõe políticas específicas para um tipo de população.

Voltando ao quadro anterior, sobre complicadores conceituais, ou como a forma como se concebe juventude insiste-se que tal visão pode complicar que política se propõe: Ou os jovens são concebidos como a esperança, são o amanhã, ou os jovens são o demônio, são os violentos, hoje.

Algumas correntes da psicologia, passam essa idéia da juventude sem uma identidade em si, mas como fase, uma transição. Então não pode haver nem constituinte de políticas, mas sim uma população tutelada. Os jovens padeceriam então de uma identidade para se auto representar, como têm as mulheres e os negros, porque não seriam uma identidade, mas um grupo passando, transitando. Tal concepção é um complicador para ser sujeitos por políticas.

A concepção dos jovens como um perigo, deu chão para as políticas de controle, do movimento estudantil, ontem, e hoje por programas específicos relacionados a costumes.

Outro complicador conceitual, que é destacado em muitos textos sobre jovens, como os da Regina Novaes, é não se considerar a diversidade entre juventudes.

Se há vários tipos de jovens, vários tipos de grupos jovens, então há que se tomar cuidado com políticas genéricas.

As mulheres por seus movimentos sociais, têm há muito advertido sobre a diversidade entre as mulheres, e não ao azar no movimento feminista, um dos mais criativos hoje é o das mulheres negras, que reúnem vetores de classe, raça e gênero.

Há diversas juventudes e algumas são antagônicas em relação a outras. No livro “Juventude, Violência e Cidadania”, o que jovens de classe média falam sobre jovens pobres é, às vezes, de arrepiar. Então, pressupor uma solidariedade baseada em geração sem passar por gênero, raça e classe é outra simplificação que se deriva da não consideração não apenas da diversidade mas também das clivagens entre jovens e que por outro lado há varias formas de fazer política.

Muitos jovens estão em sindicatos, em partidos de esquerda, mas há vários intelectuais que insistem em uma generalidade, qual seja, de que hoje a forma de fazer política dos jovens seria estar em uma ONG, ou em um grupo cultural artístico ou em atividades comunitárias. Estão alguns, não todos, e muitos estão em vários tipos de organizações e frentes.

Insisto não há uma necessária coesão entre os jovens, mas identificações que passam mas não se definem também só, por geração, classe, gênero e raça. Há que mais analisar diversas praticas sociais.. Pensar a juventude por dualismos adultocratas e maniqueístas implica em classificações que não se apóiam em praticas sociais.

Apesar de varias pesquisas de corte empirico, falta ainda mais reflexão teórica sobre juventudes no Brasil e debates sobre formas de fazer políticas dos jovens. É uma grande contribuição que este Seminário traz para tal objetivo, para discutir políticas e discutir com os jovens . Desculpem a simplificação de uma serie de temas, mas esta intervenção tem o sentido de pensar livre, ainda que tenha organizado informações de pesquisas.Obrigada.

## DEBATES

(PERGUNTA) “Boa tarde, eu sou Lúcia, mestranda da Escola de Serviço Social da UFRJ, e eu queria que você falasse um pouquinho o que a UNESCO vem pesquisando, vem discutindo, sobre a participação política, porque agente vem desde o início do curso temático, enfocando a questão da cultura, das ONGs, e tudo em relação com a participação política. Enfim, eu queria sair um pouco dessa seara aí e que você dividisse um pouco com agente.”

(PERGUNTA) “Eu tenho uma questão, professora Mary Castro, então vou engatar para ver se torna mais animado o debate. As pesquisas da UNESCO tem abordado a expressão da cultura ao falar dos jovens hoje. Muitas vezes fazendo oposição entre cultura e política. Eu já citei isso num debate que uma determinada especialista falou que os estudantes dos anos 60, 70 estavam nos marcos da política. As mobilizações estudantis da atualidade são um marco da cultura. Você também falou que, nos marcos da UNESCO, cultura têm duas perspectivas: do acervo cultural e também pensar cultura e os meios culturais como uma alternativa para a violência. Tanto o debate sobre cultura, como da violência são hoje dominantes quando a gente fala da juventude. Por mais que a juventude esteja vítima e produtora da violência, na área de diversão cultural, não só os grupos das camadas populares, nós somos colocados a pensar também o que significa produzir políticas para a juventude que não tenham só a dimensão da cultura e da violência como referenciais básicos. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso”.

(PERGUNTA) “Boa tarde, eu sou Ramón, trabalho na Pastoral da Juventude do Rio de Janeiro, e o que eu gostaria de perguntar à senhora é se no momento da suposição, para prorrogar agora a questão da cultura, até especificamente a questão do Hip Hop, como sendo algo um pouco distante dessa questão de geração, de políticas de trabalho, é uma coisa que vem se distanciando. E, uma coisa que eu vejo que, o assunto Hip Hop, vim conversando com MV Bill, que a sua banda têm 17 pessoas. O Afroreggae, a banda, tem em média 25 pessoas. Só que a cultura Hip Hop no Rio de Janeiro tem um prêmio de referência nacional. Nenhum meio de comunicação coloca essa cultura Hip Hop, especialmente de São Paulo, que é uma cultura de todos os meios de comunicação, praças e etc. Eu gostaria de saber se é realmente desinteresse do meio de comunicação ou é um meio de poder controlá-lo”.

(PERGUNTA) “Sou Andréa, da Federação de (?) do Brasil. Agente fala o tempo inteiro em espaço do jovem como portador de políticas públicas e também como formador de políticas de juventude, não só para a juventude; mas qual é o verdadeiro espaço dos jovens nas discussões dessas políticas de juventude? Se agente não têm um Ministério da Juventude como muitos países têm, se agente não têm como se discutam essas questões do lado governamental, então qual seria o verdadeiro espaço dos jovens de 14 a 24 anos para discutir tudo o que está sendo criado na área de política para ele, e não venha dele”.

(Mary Garcia Castro – RESPOSTAS)

Eu concordo com a maioria de vocês, e em especial com essa idéia da Solange de não-separação de cultura e política. Por exemplo: no caso de participação política dos jovens, nós ainda não começamos, mas é uma pesquisa que está prevista para começar no próximo ano, (Castro e Abramovay) uma pesquisa sobre o perfil dos militantes da União Nacional dos Estudantes. E faz parte de uma pesquisa grande que é da UNE, da UERJ e da UNESCO, sobre a memória social dos 65 anos da UNE. Nós vamos entrar nesse campo do perfil político - ideológico das várias propostas que têm os militantes; os debates entre correntes e as propostas, como as relacionadas à educação.

Por outro lado, em outros trabalhos tem-se documentado a participação de jovens em movimentos sociais e ONGs, como no livro “Engendrando um novo Feminismo. Mulheres Líderes de Base”. Então, é uma preocupação, essa questão de formas de fazer políticas. Mas eu não concordo com outra colocação da Solange: não é a tônica da UNESCO essa separação, essa idéia de que em 60, 70 os jovens seriam mais políticos e em 80,90 mais culturais.

A idéia que nós estamos trabalhando é de que cultura, como modo de ser, de estar no mundo e de fazer coisas—como concebe cultura por exemplo Raymond Willians, envolve participação política. Então ha formas de participação políticas mais visíveis, mais organizadas no sentido de legitimação social e há diversidades que hoje diferem das registradas, ou mais visíveis nas décadas de 60 e 70, como era o movimento estudantil universitário. Hoje, uma marca desta geração ou as marcas destes tempos, não só do grupo de jovens, mas de um período histórico, é a fragmentação e a diversidade. Eu não me filio, e nisso tenho debates até com colegas na UNESCO, à essa idéia de que ONG é uma forma organizacional por excelência dos jovens. Há novas formas de fazer política, a questão de identidades, como as de gênero e raça tem também hoje mais força que antes, correto, mas insisto, há muitos jovens em sindicatos e partidos. Há sim uma diversidade de massa crítica, ha uma diversidade de lugares de realizações de política..Há muitos jovens e organizações juvenis que estão contribuindo para mudar a cara de vários partidos políticos, suas estruturas rígidas e que estão botando o debate sobre identidades, sobre costumes e relações varias. O que eu considero é que a política deixou de ser coisa de políticos profissionais. Deixou de ser uma estância em separado da vida social. Existe uma cultura política hoje e o que é essa cultura política? Faz-se micro política e política molecular;

política de defesa do status quo e política com projeto de transformação social. Por outro lado há que mais investir em formação política, até no plano processual, ou seja de aprender as idiosincrasias da política formal, das leis e dos orçamentos; conhecer os rituais da política formal

Enfatizei, por outro lado, que nas pesquisas da UNESCO, registra-se que os jovens dão sugestões na área de educação, de violência, de trabalho, de participação, sobre o grêmio estudantil, sobre parlamento jovem, e vários outros temas

Andréa, essa questão da criação dos ministérios e das secretarias de juventude é tema de amplo debate a nível internacional. Ernesto Rodrigues, especialista reconhecido internacionalmente sobre políticas públicas para a juventude, e um dos autores do “Livro Branco de Políticas para a Juventude”, considera que na maioria dos países que implantaram ministérios e secretarias específicas para jovens e com jovens, houve problemas, sendo aos poucos marginalizados tais organismos. Mas há também defesa Vale sobre este ponto um paralelismo entre o movimento de mulheres e o movimento juvenil. O movimento de mulheres no Brasil chega à criação de uma secretaria para os direitos das mulheres; depois de quase 20 anos de movimentos sociais, de manifestações, de formação de uma massa crítica, de uma massa popular de controle social. Se se quer a criação de um ministério de cima para baixo, e isso já aconteceu em alguns países, como se garantirá a participação crítica, o controle social? Mas há casos em que tal formula funcionou. No Chile funciona bem e em outros países não funcionou. O comum é se “guetoificar” a maquinaria estatal para jovens. Ficam alguns jovens representando muitos jovens, geralmente relacionados à maquinaria partidária dominante, muitas vezes, sem nenhum recurso, quer financeiros, quer humanos. Daqui há pouco desaparece e aí fica aquela profecia auto-cumprida: “Não fizeram nada”.

Algumas das experiências que nós analisamos no “Cultivando vida, Desarmando violência, Experiências bem sucedidas na Área de Arte e Cultura”, algumas delas trabalham na formação político-cultural e fortalecimento da cultura política entre os jovens Vocês já entraram no site das organizações juvenis dos partidos? . O que se concebe como ação de e para a juventude? Na maioria dos casos é como arregimentar os jovens para

fortalecimento da campanha de A, B, C ou D. Isso é formação, é isso que se considera cultura política?

Algumas entidades, como a AUÇUBA em Pernambuco; e o ARTVISTAS MDE HIP HOP investem em formação política. O ARTVISTAS são 15 jovens de Hip Hop, cujo as letras e os grupos de trabalho tem debates críticos

(PERGUNTA) “Meu nome é Wilson, e eu trabalho na Pastoral da Juventude. E, para nós da Pastoral, a questão do protagonismo juvenil é algo muito importante. É um quadro que agente se identifica bastante. Por causa disso, eu pediria para você retomar um pouco essa idéia do protagonismo juvenil dentro do tráfico de drogas; e você falava que não era importante se ater às idéias ao (...) protagonismo juvenil, mas sim a questão de medidas práticas sociais. (...) Essa idéia, que é ao mesmo tempo a pergunta que eu faço, o fato do tráfico, estou trabalhando com protagonismo juvenil, os (...) das nossas organizações de (...) de trabalho, que desafios, que questões isso aponta para nós, que também trabalhamos com juventude. O que agente tem que estar atento? O que essa realidade pode atrapalhar o protagonismo juvenil diz para agente que nós também trabalhamos com juventude, nós aqui que somos jovens, estamos trabalhando”.

(RESPOSTA Mary Castro)

Wilson, que bom que você trouxe a questão da Associação Pastoral Juvenil. Hoje se fala muito e é uma ênfase da UNESCO, a formação de redes. Em recente ida ao Nordeste, fiquei impressionada com o fortalecimento de redes de jovens. Entre essas, uma em que tem um protagonismo forte a Associação Pastoral da Juventude, uma a rede de jovens com quase 4 mil jovens. Outra rede é o MIAC (Movimento Integrado de Ação Cultural), a rede de organizações de jovens do Nordeste na área de cultura, políticas, que envolve jovens na Bahia e sobre a qual vai falar a Maria Eugênia Millet .

A criação de redes de organizações é uma nova forma também de fazer política importantíssima.-- um protagonismo coletivo.

O protagonismo juvenil que trabalha o tráfico, a auto-estima que trabalha o tráfico, ela vai em cima de valores dominantes, como do consumo, como do individualismo narcísico. O que é individualismo narcísico? De acordo com debates do Guattari, é aquele que investe na mobilidade pessoal, em valores do eu, sem uma referência coletiva, uma referência social em termos de projetos políticos. O protagonismo juvenil, por exemplo, que muitas

das organizações trabalham, é positivo, é diferente do tráfico. No tráfico você vai ser admirado na comunidade, se você tiver dinheiro, se você estiver com uma arma e se você instigar medo. Você é poderoso pelo medo, pela ostentação, pelo dinheiro-- são alguns valores que, numa sociedade de consumo também se estimula por outros caminhos.

Colabora para um tipo de mobilidade pessoal. Já o protagonismo juvenil, a que se referem muitas dessas entidades que trabalham com jovens em arte cultura, profissionalização também envolve a formação de uma massa crítica e nexos entre o eu e o nós. Você será admirado na sociedade, você será admirado na comunidade por sua arte, por seu trabalho comunitário. Ou seja, joga-se com o mesmo princípio do individualismo do querer ser admirado. Que é algo que não é bom nem ruim. É da natureza humana. querer ser admirado. Mas por quais referências?

Você vai ser admirado pelo seu trabalho de arte, pelo seu papel no circo PICOLINO (ONG em Salvador) ou no AFRO-REGGAE (ONG no Rio), por exemplo; pelo seu trabalho com jovens; pelo seu trabalho de informática com os velhos; pelo seu tipo de trabalho comunitário; pelo que você representa para sua família.

Muda o sentido do individualismo, apela-se para uma individuação, não apenas narcísica, mas também ampliada, com nexos entre o eu e o nós. Guattari fala da importância de estabelecer nexos entre três ecos: o eco eu, o eco social e o eco sistema, ou o eco ecológico, com a terra.

O que eu estava me referindo é que você pode usar os mesmos termos, mas se faz necessário o debate epistemológico. Às vezes está todo mundo dizendo a mesma coisa: vamos trabalhar a auto-estima, vamos trabalhar o protagonismo. Vamos trabalhar como? Em que bases? Com que referências? Com que sentido? E com que projeto político? E é político mesmo. É via cultura, mas é um projeto político. Porque pode ser um projeto de crítica; de transformação da sociedade; ou muito pelo contrario. Mas qual é o projeto?

Eu tenho um artigo que se chama “ONGs. Cenários de Sociedade Civil e Estado. Quando O PPP—Povo, Poder E Projetos-Faz A Diferença”<sup>3</sup> em que advogo que o que diferencia esse mundo tão pulverizado de entidades da sociedade civil, são os chamados 3Ps: Onde é que está o Povo, onde está o Poder e onde está o Projeto político.

---

<sup>3</sup> Publicado in Bahia, Analise de Dados-SEI”, vol 7, n 4, março 1998-p26-38)

Maura, boa pergunta essa questão da diversidade entre os jovens. Este é outro lugar comum nos escritos sobre juventude. Mas diversidade em termos de que? Reconhecer que os jovens são diferentes por classe social, já é um avanço, mas não é o suficiente. Por gênero, por sistemas de linguagens e por sistemas de discriminação também contribui para o debate, mas não é também suficiente.

Quais são as relações sociais, os antagonismos, as interações e as possibilidades de aliança ou não?. Há uma ambigüidade entre os termos heterogeneidade, diversidade, desigualdade e discriminação. Por exemplo, se fala muito na identidade juvenil. Essa identidade pode ser construída, para alguns autores. No plano da diversidade, quem sou eu em relação aos outros? Os outros amigos ou os outros inimigos. Será que é ao azar essa linguagem, segundo a qual aqueles outros são “alemão”? Quem é “alemão” é inimigo.

Falar em diversidade sem refletir as interações, as formas de sociabilidade e os antagonismos, é também ficar numa perspectiva funcionalista, e não dialética.

**(PERGUNTA)** “Eu tenho duas observações, bem rápidas, uma da (...), que dizem que o tráfico confere (...) que dá aos jovens a possibilidade de matar ou morrer, mas fez grandes decisões com relação aos (...), com relação a (...) da ocupação de territórios, mas não passa para a juventude, que está efetivamente visível nessas situações. Então alto lá com essa história de falar que o tráfico, de uma forma confere o que os outros não conferem, e é (...) . Agora porque da poder para a juventude, poucos tivemos. Um outro comentário é com relação a diversidade. Gostei muito do que o professor Castro falava, da necessidade de observar as interações, e a professora Regina Novaes também com um trabalho, (...), que acho muito interessante, que é o fato de todas as diversidades. (...), nas grandes cidades brasileiras, agente não pode esquecer, que existe uma experiência geracional comum. Para épocas diferentes de juventude. E pensar essa experiência em geração, no Brasil hoje, e em outros países também como o nosso, deveria tentar com essa juventude hoje, o pessoal que nasceu no Brasil da década de 70 para cá, vivem incertezas com relação ao mercado de trabalho, e vive continuamente ligadas com o fator violência. Ameaçado, convivendo com a violência. Todas as juventudes, independente de classe, de gênero, de etnia, de (...), e coloca no território, de alguma maneira enfrentam essas dificuldades. Que atingem de modo diferente a essa juventude. “

**(PERGUNTA Eliane Ribeiro:)**

“É só por que a Mary fez esse comentário da questão dos professores e dos alunos. Os alunos não gostam dos professores e os professores não gostam dos alunos. Na verdade, eu acho que agente não pode ter uma visão superficial. Agente tem que ir mais a fundo nisso aí. Porque por outro lado, quando se pergunta ao jovem em quem mais você confia, o professor vem aparecendo em diversas pesquisas, inclusive numa pesquisa agora em São

Paulo, da Renavam, da Fundação (...), que, depois da família, vem o professor em segundo lugar como em quem ele mais confia. Ou seja, é contraditório. Agora, no que se refere a educação, por mais que esteja um caos essa educação para a juventude, principalmente para a juventude das escolas públicas, é a escola menos valorizada e menos reconhecida voltada para a juventude. Hoje, todo o investimento do Ministério da Educação é um investimento voltado para o ensino fundamental e técnico, conforme o Banco Mundial estabeleceu. Então vem seguindo mais ou menos essas regras. E quando o que (...) à partir dos 14 anos de idade, essa questão vai cada vez mais ficando precária. Ou acaba na escola noturna, e essa questão fica mais precária ainda. É a não escola. Eu vou à escola cumprir disciplina (...), que vão chamar de escola noturna. E agente sabe que muitas vezes é só ela que nos dá a possibilidade de conseguir uma certificação de... de conseguir algum tipo de continuidade escolar. Por outro lado, é a escola pública que o espaço de maior número de jovens, onde abriga o maior número de jovens. A verdade da exclusão, existe realmente um aumento de ir à escola na juventude. Não necessariamente em exclusão da juventude, embora se tenha o aumento, mas é a saída dos jovens da escola. Ele entra e sai, entra e sai. Se tiver um emprego, eles vão lá, trabalham e vão embora. Porque o próprio mercado vai exigir a escolaridade dele. Ele vai até, cadê o diploma? Não tem. Ele retoma. Então ele vai apenas para a escola pública, sendo que eu acho que todas essas políticas de juventude que agente fala, agente não pode esquecer da (...), que é o grande contingente de jovens. Então fica assim, aquilo ali continua sendo uma escola de mentirinha, fingindo que têm projetos incríveis. ,as a escola fica lá, abandonada.”

(RESPOSTA Mary Garcia Castro)

Fala-se mal da escola, mas se tem a escola como uma das principais referências. Por outro lado, os jovens criticam mas sugerem muitas políticas na área de educação, muitas coisas em relação a escola. Mas é importante atentar para as percepções e críticas, são pistas sim. Esse mal estar dos alunos em relação aos professores e dos professores em relação aos alunos, é uma pista importantíssima de que algo está problemático. E que a escola, um lugar idealizado como sendo uma das principais referências para trabalhar, para abrir espaços mentais, para abrir espaços até físicos –como as escolas de paz no fim de semana--como alternativas à violências, é reprodutora de desencanto e de violências.

REFERENCIAS –PESQUISAS E PUBLICAÇÕES DA UNESCO

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; CASTRO PRINHEIRO, Leonardo; SOUSA LIMA, Fabiano; e MARTINELLI, Claudia da Costa (2002) **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas** Brasília, UNESCO/BID.

ABRAMOVAY, Miriam e RUA, Maria das Graças (2002). **Violências nas Escolas**. Brasília, UNESCO.

ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (1998) **Engendrando um Novo Feminismo. Mulheres Líderes de Base.** Brasília, UNESCO

ABRAMOVAY, Miriam; WAISSELFISZ, Júlio Jacobo; ANDRADE, Carla Coelho e RUA, Maria das Graça (1999). **Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SETUR e Garamond.

BARREIRA, César (1999) **Ligado na Galera. Brasília:** UNESCO, FNUAP, UNICEF, Instituto Ayrton Senna.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam, RUA, Maria das Graças e ANDRADE, Eliane Ribeiro (2001) **Cultivando Vida. Desarmando Violências. Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com Jovens em Situação de Pobreza. :** Brasília UNESCO

CASTRO, Mary Garcia (1997) **Gênero e Meio Ambiente** Brasília, UNESCO

CUELLAR, Javier Perez de (1997) **Nossa Diversidade Criadora. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento** UNESCO, Papirus, São Paulo

DELORS, Jacques (1998). **Educação um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.** Brasília: UNESCO, MEC e Ed Cortez.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de e SOUZA, Edinilsa Ramos (1999). **Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania na Cidade do Rio de Janeiro.** Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Fundação Ford, Fundação Osvaldo Cruz e Garamond.

MORIN, Edgard (1999). **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.** São Paulo: UNESCO e Cortez.

RUA, Maria das Graças e ABRAMOVAY, Miriam (2000) **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais Brasília,** UNESCO

SALLAS, Ana Luisa et al (1999). **Os Jovens de Curitiba: esperanças e desencantos, juventude, violência e cidadania.** Brasília: UNESCO.

WAISSELFISZ, Jacobo (2002). **Mapa da Violência III; Os Jovens do Brasil.** Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna e Ministério da Justiça

OUTRAS REFERENCIAS

ARENDR, Hanna (1993) **A Dignidade da Política. Ensaios e Conferencias**. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

GUATTARI, Felix e ROLNIX, Suely (1986) **Cartografias do Desejo**. Petrópolis, Vozes

JAMESON, Fredric (1992) **Postmordenism or The Cultural Logic of Capitalism.**, Duham, Duke University Press

ORTIZ, Fernando (1993) **Entre Cubanos. Psicologia Tropical**. La Habana, Ed Ciências Sociales

WILLIAMS, Raymond (1986) **Cultura**, São Paulo: Cortez